



ARTICULAÇÕES DE GÊNERO EM NARRATIVAS DE MULHERES DIRIGENTES SINDICAIS: A ARTE DE DESLOCAR FRONTEIRAS

Shirley Aparecida de Miranda¹

Introdução

Esse texto que resulta de pesquisa realizada no doutorado na qual problematizo as relações de saber-poder na atividade sindical, mais precisamente na política de gênero da CUT – Central Única dos Trabalhadores. Tal política funciona como um dispositivo organizador de estratégias de poder, formas de saber e contínuos convites para que o sujeito entre em relações de força consigo mesmo.

Na definição acerca dos sujeitos de pesquisa estabeleci alguns critérios. O primeiro foi selecionar dirigentes inseridas no Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE), residentes na Grande Belo Horizonte, que participaram do Programa de Formação em Relações de Gênero desenvolvido pela Escola Sindical 7 de Outubro. Diante da extensão temporal do Programa delimitamos o período compreendido entre os anos de 2002 e 2004. A escolha desse sindicato se deu em razão da oportunidade de investigar a conjunção saber-poder e gênero num sindicato cuja base é majoritariamente feminina. Quis perceber em que medida essa característica atravessaria as narrativas e evidenciaria a fabricação de subjetividades. Chamava-me atenção também o fato de algumas dirigentes se inserirem nas direções sindicais e ingressarem posteriormente em outros espaços desse movimento.

O texto está composto por três partes. No primeiro tópico, analiso as técnicas utilizadas na *política para mulher* trabalhadora, nomeada *política de gênero* a partir de 2003. Esse conjunto se manifesta por meio de estratégias de ação que conjugam uma unidade complexa constituída por peças heterogêneas. No segundo tópico apresento a análise das narrativas das dirigentes sindicais pesquisadas, explorando o encontro das dirigentes com referências que, no campo da cultura, problematizam o acesso das mulheres aos espaços de poder como dispositivo que permite uma atividade original. Por fim, teço considerações a respeito da dimensão do território na produção de subjetividades.

¹ Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Doutora em Educação (FaE/UFMG). Contato: smiranda@ufmg.br



1. A política de gênero na atividade sindical

Um dos primeiros desdobramentos da política de gênero da CUT refere-se ao questionamento das relações de poder internas à própria central sindical. Isso repercutiu imediatamente na constituição de um espaço que atribuísse consistência a essa problemática: a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT (CNMT). Observa-se naquele contexto a persistência da lógica da bipolarização na abordagem das relações de poder entre homens e mulheres.

Dois anos após a criação da CNMT, em 1988, a presença de mulheres na direção executiva nacional da CUT diminuiu: de 87,5% em 1986 a presença masculina passou a 91,95% em 1988, enquanto a presença feminina decresceu de 12,5% para 8,05% no mesmo período. Essa situação só se alterou significativamente com a aprovação da cota mínima de 30% de participação de mulheres nas instâncias de direção da CUT, ocorrida na sua plenária nacional, em 1993. Em 2000, a definição passou a ser de 30% para um dos sexos. Esses dados reforçam o argumento de que a criação da CNMT não fora suficiente para promover, no curto prazo, o equilíbrio entre homens e mulheres na composição da Direção Executiva da CUT.

A complexidade das formas de representação política não se esgota na composição das direções sindicais. Não há um consenso entre as diversas forças políticas que compõem a central sindical em relação ao mecanismo de cotas. Se há o reconhecimento da existência de avanços no que diz respeito à estrutura sindical, percebe-se também a denúncia dos limites de uma política restrita à ação de alguns e algumas sindicalistas, mas não do conjunto da estrutura e das instâncias políticas. A regulamentação da participação das mulheres nas instâncias cutistas tomou por opção a liberação de uma dirigente da CUT nos seus níveis nacional, estaduais e regionais, responsável pela condução das políticas e da ação sindical de gênero aprovadas pela Central. O enunciado fixou as mulheres como responsáveis pelas políticas de gênero, o que por sua vez reforçava essas políticas como “coisa de mulher”.

As definições do 5º Congresso se mantiveram nos posteriores e corroboram uma constatação apontada pelos estudos sobre a participação das mulheres no espaço público a partir da década de 1980: transcendendo o cotidiano doméstico, as mulheres trouxeram novos temas, práticas e problemas para a política e novas configurações para as relações de poder. Ao lado dessa politização do espaço privado podemos vislumbrar a capacidade de tornar pública a intimidade, enfocando questões relativas à sexualidade e temas considerados tabus, como assédio sexual e gravidez indesejada.



Em 2003, no 8º Congresso Nacional da CUT, foi criada a Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora. Essa redefinição operada na estrutura organizativa insere, na institucionalidade da Central, as relações de gênero não como temática, mas como problema para a ação sindical. A emergência de problemas de gênero abala a premissa política referenciada numa definição de sujeito estável e presumível da prática sindical.

2. Fabricação de subjetividades: narrativas de mulheres dirigentes sindicais

Frente à política de gênero, os ideais que definem o masculino e o feminino se desestabilizam e se deslocam, provocando uma dispersão que desarticula o registro “classe trabalhadora”. É com essa tensão que se confrontam homens e mulheres, dirigentes sindicais, que elaboram e se inserem na prática sindical.

Nas narrativas das dirigentes sindicais procurei as técnicas utilizadas na fabricação de subjetividades que, em meio a relações de poder-saber, indicam a forma como experimentam as relações sociais a partir de um lugar sexual. Nessa busca, interroguei posições assumidas diante de tensões e os deslizamentos em relação aos ideais de gênero. Inquiri as modalidades da relação que estabelecem consigo mesmas na tensa dinâmica de definir-se entre o âmbito público e privado, entre a intimidade e a política.

Por esse ângulo analítico retratei uma cartografia a partir dos pontos que as dirigentes definiram em sua narrativa. Guiei-me por aquilo que as entrevistadas pronunciaram na situação de entrevista e compus um conjunto que não se estrutura a partir do que é recorrente nas narrativas. As demarcações propostas nas narrativas indicaram-me um eixo articulador: *o conflito*.

A inserção na institucionalidade sindical: apropriação de uma gramaticidade

Como supunha ao iniciar as entrevistas, tivemos acesso à construção de um sentido para essa experiência a partir de uma narrativa sobre o ingresso. Se as razões dessa escolha não se evidenciaram, a narrativa da experiência vivida trouxe à tona um ponto de referência: a greve.

Recorrendo à análise de Inês Teixeira (1992, p. 198), considero a greve momento impar nos mundos do trabalho e da experiência humana. A autora nos lembra que os estudos sobre greves têm delimitado vários focos interpretativos: “reivindicações, negociações, formas organizativas, vitórias e derrotas”; “desdobramentos na organização e configuração política dos trabalhadores”; “a festa, ou o ‘espírito da greve’” (TEIXEIRA, 1992, p. 199). Sua opção foi abordar a greve em seu traçado menos visível, aquele da produção de subjetividades que ocorre em meio aos “confrontos e



encontros pela valorização do trabalho e da qualidade de vida” e requer a autodeterminação. A greve, nesse entendimento, constrói-se cotidianamente por meio de símbolos, códigos, vocabulário específico e, sustentada por textos diversos – faixas, cartazes, boletins, cartas, comunicados – imprime uma marca singular. Nenhuma greve é igual à outra. Do mesmo modo, dificilmente alguém sai de uma greve da mesma maneira que entrou, pois a adesão já é um ato que mobiliza disposições políticas e subjetivas. O texto da greve é, correlativamente, a escrita do próprio texto, à medida que “sujeitos reais, mulheres e homens, com seus desejos, expectativas, sentimentos, hesitações” confrontam-se com dilemas – os do movimento – e com as suas escolhas (TEIXEIRA, 1992, p. 199).

Por seu caráter estratégico no campo das relações de poder, a greve consiste num ritual de inversão das relações sociais. Por sua posição no contexto da atividade sindical, especialmente no Sind-UTE², concebi a greve como mecanismo do dispositivo política de gênero, enunciado não nos documentos, mas nas narrativas das entrevistadas.

Se todas as narrativas começaram pela greve, não registraram a mesma greve. No caso do Sind-UTE, a de 1979 será sempre um marco constitutivo e foi por ela que Rosaura³ iniciou sua narrativa, com a lembrança da reunião do grupo que se consolidou como oposição sindical e que resultou na construção da greve. Em sua narrativa, Rosaura contou que sua “consciência política” surgiu antes de sua aproximação do processo de fundação da UTE, ainda no movimento estudantil. Definiu a consciência política como “a visão de que precisava participar”, e narrou o momento específico em que admitiu essa premissa. cursava licenciatura em física na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) quando houve o encontro preparatório para o Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Belo Horizonte. O clima era de intensa mobilização interna na universidade – vigília e ocupação de prédios para garantir a realização do encontro – e ela “não participava de nada”. Num determinado momento do encontro, “a repressão baixou”

R – E a televisão à noite mostrou as imagens da repressão e aquilo me incomodou prá caramba. Aquela cena dos meus colegas, porque ali, era muito perto, era o povo que estava comigo dentro da universidade, apanhando. E a sensação de não ter participado...

A participação não foi vinculada a motivos ideológicos ou à opção por um programa político. Pareceu mais relacionada aos efeitos de uma prática discursiva em elaboração e disputa. Sua decisão de participar talvez indique muito mais o esgarçamento de uma referencialidade que já

² A criação dessa entidade que reúne os/as trabalhadores/as em educação de Minas Gerais teve sua origem na greve ocorrida em 1979, que alcançou mais de 400 cidades e teve a duração de 41 dias.

³ Esse foi o único caso em que o nome verdadeiro da entrevistada foi mantido por indicação dela própria. Nos outros casos utilizei nomes codinomes indicados pelas entrevistas.



não lhe servia mais: “até então, prá mim, ser pobre e ser rico era normal”, disse Rosaura. A mobilização em 1979 assumiu, em sua narrativa, um caráter de restituição.

Definido o momento de início da greve, trabalhadores/as vivenciam um tempo distinto demarcado por reuniões, comissões de trabalho, piquetes, negociações e aquilo que Inês Teixeira (1992, p. 241) definiu como “o pulso, o centro e a forma organizativa básica do movimento”: a assembléia. Em torno desse marco, uma gramaticidade é construída e a inserção nesse jogo exige não só aprender um vocabulário, mas manipulá-lo. Organizar uma reunião de comando ou de regional é o passo que antecede a participação numa mesa de assembléia. Rosaura conta como foi se introduzindo nesse espaço:

R – Eles estavam lá também, fazendo as questões de ordem e a gente coordenando a reunião. O povo não entendia muito como é que era aquilo, não, e nem eu entendia não, mas via que dava pra organizar a reunião.

Questões de ordem precedem qualquer tipo de discussão ou votação. Se acatadas, quem as interpõe tem precedência de fala. O objeto de uma questão de ordem é o próprio encaminhamento da assembléia: que propostas serão votadas e de que maneira, que assuntos serão tratados e como. As “questões de esclarecimento” também têm precedência numa assembléia e são utilizadas para fazer falar, garantir a exposição de um assunto que está em debate, por exemplo, o que aconteceu numa mesa de negociação, as implicações de determinadas propostas etc. Esses recursos acabam por definir quem tem a propriedade da fala e o que pode ser pronunciado na assembléia. Afinal, uma questão de ordem também serve para suspender a discussão de um assunto e quem solicita um esclarecimento não está, necessariamente, em dúvida, pois este é um recurso para se fazer falar sobre determinado tema. De acordo com Rosaura, havia um grupo – “eles”⁴ – que interpunha as tais questões, desconhecidas do vocabulário daquele coletivo. Aos poucos, ela também passou a dominá-las e manipulá-las.

Constituir-se como referência, aprender o que se diz e a forma de dizê-lo, inserir-se nas regras dos jogos de verdade e assumir-se como participante desses jogos com as exigências que isso implica: esses são recursos da *experiência de si* assumidos pelas entrevistadas ao ingressarem nas direções sindicais.

Aprender a estratégia de posicionamento no interior do movimento sindical implica não só em posicionar-se, mas em ver-se e atribuir valores ao seu posicionamento a ponto de inverter os próprios argumentos utilizando-os de modo estratégico. Experimentar-se, ou, nos dizeres de Marina, outra entrevistada, “colocar a vergonha à prova”.

4 Embora a entrevistada não o tenha explicitado, o movimento que culminou com a fundação da UTE contou com a presença de lideranças masculinas com participação política pregressa.



Gênero: rupturas com a univocidade do poder

Há uma forma feminina de se fazer política? A resposta a essa questão abriga paradoxos que têm desafiado a teoria feminista: respondê-la afirmativamente e recair na naturalização do feminino ou respondê-la negativamente e apagar a diferença, elegendo uma vertente definidora do âmbito político. As narrativas das entrevistadas propõem pistas para essa problemática especialmente quando discorrem sobre os desafios de uma mulher na presidência da entidade.

A narrativa de Rosaura sobre sua ascensão à presidência da UTE e, posteriormente, do Sind-UTE é precedida pela demarcação das fronteiras que teve que cruzar. Apesar de sua intensa militância desde os primeiros momentos de insurgência da UTE, não participou como efetiva nem do primeiro comando de greve e nem da primeira diretoria. Ressaltou que houve disputa acirrada por esses espaços, demarcada pela inserção política pregressa dos/as candidatos/as. Em 1987, seu segundo mandato na direção sindical, Rosaura contou que já “dava conta de falar nos espaços” e havia pessoas que se identificavam com seus argumentos. Naquele ano a nova direção da entidade seria eleita no Congresso e havia um grupo indicando-a para a presidência na chapa de uma das tendências políticas do movimento sindical. Rosaura narrou o intenso e extenso processo de negociação para que viesse a encabeçar a chapa da tendência majoritária no Congresso. Após a eleição os conflitos se deslocaram e ela foi surpreendida por uma ação política que desconhecia apesar de ter participado da composição de todas as diretorias da UTE: a disputa interna.

O problema das relações de poder se apresentou de modo menos visível, sob a forma de quem ocupa determinadas posições, quem tem a legitimidade para determinar os rumos do movimento. A disputa acirrava-se mediante a criação de um novo domínio de autorização. Não foi por mera coincidência que a imprensa não identificava Rosaura como presidente da UTE. A desenvoltura de C..., o candidato derrotado que aparecia para a imprensa como verdadeiro presidente, estava em conseguir manipular com facilidade os instrumentos que conferem sustentação ao poder, que definem, na ordem do discurso, quem pode dizer o que e quando.

A passagem da insegurança de Rosaura ao desejo de assumir o lugar de poder foi mediada, de acordo com sua narrativa, pela identificação com a leitura de uma feminista, Simone de Beauvoir. Não se trata aqui de discutir os graus de influência da teoria sobre a realidade vivida. Esse argumento pode inclusive ter se estruturado como recurso explicativo dirigido à entrevistadora. O interessante é que foi utilizado na narrativa para conferir um enquadre, para dar visibilidade às “coisas de mulher”. O encontro com essa referência permitiu à Rosaura uma atividade original, um modo de organizar normas passadas e futuras, de situar-se por meio dessas



normas. Ela permaneceu a negar o enfrentamento interno e acessou a seu modo os mecanismos que lhe dariam sustentação – a coordenação de assembléias, a defesa de propostas, a legitimação pela categoria. Conquistou o poder de enunciação por meio de um estilo que negava a disputa e apostava na aglutinação. Não foi também por coincidência que seu investimento na presidência da UTE voltou-se para a unificação das entidades de representação da categoria docente.

A inserção de Rosaura na presidência da instituição abalou as fronteiras e a referencialidade da política abrindo possibilidades para outros modos de circulação do poder. De todo modo, romper com uma trajetória de hegemonia masculina na centralidade do poder deixa fissuras. A chapa eleita em disputa tão acirrada poderia não ter logrado sucesso, poderia ter enfrentado maiores questionamentos quanto ao poder representativo e isso, ao que parece, não ocorreu.

Considero essa narrativa significativa por indicar, não o desvencilhamento das operações conflitivas, mas a escolha de uma determinada modalidade de poder: um campo mais aberto, com “todas as cartas na mesa”, nas palavras de Marina, outra dirigente entrevistada. Entendo que as dirigentes fizeram uso da tecnologia que propõe uma estilização das condutas – descobrir uma forma de posicionar-se – não por uma característica intrínseca do feminino, mas por oposição a uma característica das relações de poder. Elas se viram diante da necessidade de construir formas de contornar limites ao reconhecimento de si como sujeito da política, capaz de representatividade, de fala, de enunciação. Nesse percurso, apropriaram-se de uma gramaticidade para se inserirem numa ordem discursiva que demarca quem tem o poder de dizer, como e o quê.

Saber-poder e gênero: fronteiras variáveis

Se a inserção das mulheres em direções sindicais abala essa composição é importante perguntar como as dirigentes sindicais articulam os efeitos da operação de transbordamento dos limites reguladores da identidade de gênero. As narrativas enunciam os dilemas e escolhas, algumas dolorosas, que engendraram novas conjugações do feminino e o fio tênue que separa a intimidade daquilo que pode vir a público.

As técnicas utilizadas pelas dirigentes para se introduzirem, se apropriarem e permanecerem na atividade sindical concorreram para a fabricação de subjetividades que, em meio a relações de poder-saber, incidiram sobre o modo como experimentam o próprio corpo, rompem fronteiras de gênero e abrem novos domínios. Os modos de subjetivação aqui ensejados propõem a tarefa de colocar-se à prova na disputa por espaços de poder: introduzir-se em novos espaços, transcender o cotidiano doméstico, desautorizar o lugar social fixado para as mulheres.



O geógrafo Milton Santos traduz território não é apenas como o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais. O território “é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. A partir dessa ampliação podemos pensar o território como relações de poder. Relações que abrem novas veredas de vivência da política, da sexualidade, da família e do trabalho. Fronteiras desconfiguradas que abalam os limites entre o âmbito público e o privado. A conjunção território e gênero poderia colocar em questão a verdade – do que se é, do que se faz e do que se é capaz de fazer. E muitas vezes, do que se escolhe fazer deslocando fronteiras.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003. 152 p.

MIRANDA, Shirley Aparecida. *Articulações do feminino na trajetória de mulheres dirigentes sindicais: saber-poder e gênero*. 2004. Tese (doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. 'Ritos de passagem' o fazer-se do (a) trabalhador(a) professor(a) em pedaços de história (a escola particular). 1992. Dissertação (mestrado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1992.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000 p. 96